

Um exercício de autosubversão

Carla Maria Junho Anastasia¹

Resenha

HIRSCHMAN, Albert. *O Auto-Subversão: teorias consagradas em xeque*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 298 pp.

Albert O. Hirschman, nascido em Berlim em 1915, cidadão americano, professor emérito do Instituto de Estudos Avançados de Princeton, ensinou economia política em Harvard, relações econômicas internacionais em Yale. Ocupou os postos de consultor da Fundação Rockefeller, consultor da Fundação Ford, membro do Comitê da OCDE. Escreveu obras seminais como *A estratégia do desenvolvimento econômico* (1958), *Saída, voz e lealdade* (1970), *As paixões e os interesses* (1977), *A retórica da intransigência* (1991). No fim de 1996 foi lançado no Brasil, pela Companhia das Letras, com prefácio do presidente Fernando Henrique Cardoso, sua obra mais recente - *Auto-subversão: teorias consagradas em xeque* (A propensity to self-subversion. Harvard University Press, 1995. 262 pp.).

Auto-subversão, de Albert Hirschman, é uma obra eclética, assim como o é seu autor. O livro é composto de três partes distintas.

A primeira parte, seguramente a mais brilhante, dedicada à auto-subversão e que reúne cinco ensaios, deixa patente, mais uma vez,

¹ Doutora em Ciência Política; professora titular de História do Brasil da UFMG.

as qualidades que asseguram a Hirschman um lugar de destaque nas ciências sociais contemporâneas.

No primeiro dos ensaios, **Saída, voz e o destino da República Democrática Alemã**, segundo as palavras do autor um "ensaio de história conceitual", Hirschman busca desvendar alguns enigmas que permanecem sobre os eventos ocorridos em 1989 na RDA. Para tanto, recorre aos conceitos de saída, voz e lealdade, apresentados em festejada obra de início dos anos setenta, publicada no Brasil pela editora Perspectiva em 1973, como aparato capaz de desvendar estes enigmas. Podemos dizer que o problema central investigado por Hirschman reside na explicação de como, na RDA, uma atividade tipicamente privada - a fuga dos indivíduos de seu território - transformou-se em um movimento de protesto notadamente público. O autor busca responder questões tais como: por que se reverteu a tendência do privilegiamento pelos alemães do domínio privado, consagrado a partir dos ensinamentos de Lutero? Que tipo de fenômeno pode explicar a alteração do comportamento dos alemães que passaram a partir de 1989 da reação privada à ação pública? Como veremos, para explicar este enigma, Hirschman, em um exercício que denomina de auto-subversão, reexamina os seus conceitos de saída, voz e lealdade.

Entre 1949 e 1988, na RDA, o mais passivo dos satélites da URSS, predominou o ato privado da saída. Os dissidentes, por vontade própria ou em razão de estratégias do governo, simplesmente iam embora. Para explicar o predomínio desta ação privada, Hirschman analisa eventos históricos específicos e mostra as particularidades da RDA que se tornaram obstáculos diretos à ação pública e se somaram ao dano indireto promovido pelo predomínio do ato privado da saída.

A partir de 1989, ao contrário do que supunha em sua obra original, a voz pública na RDA passou a ser estimulada pela saída privada. Esta foi uma relação extremamente positiva (além de nova e imprevista) entre saída e voz.

Ao retomar o seu aparato conceitual e confrontá-lo com os eventos ocorridos na RDA em 1989, Hirschman observou - o que não é novidade para os historiadores - que a teoria pode (e deve) ser enriquecida pelos próprios eventos históricos. O autor conclui que seu aparato conceitual original era incapaz de explicar os fenômenos ocorridos na Alemanha Oriental e tornava-se imperativo ampliá-lo. Colocar em xeque as próprias proposições, eis o exercício da auto-subversão.

Aliás, no seu último ensaio da primeira parte, **Propensão à auto-subversão**, Hirschman reitera que, no mundo social, as coisas não acontecem com a regularidade que se espera que aconteçam. No mundo social não existem leis nem

modelos universalmente válidos, posição que, diga-se de passagem, tem sido defendida *ad nauseum* pelos historiadores e várias vezes acidamente criticada por cientistas políticos. Como bem nos ensina o autor de *Auto-subversão*, eventos históricos que não se enquadram nos modelos conceituais não cancelam nem refutam descobertas anteriores, antes, segundo suas palavras, "definem esferas do mundo social onde as relações postuladas não têm validade".

Se é assim, por que não aderimos todos à auto-subversão? Qual a vantagem de Hirschman em se declarar auto-subversivo? Ora, como bem afirma o autor, com a nossa mais irrestrita concordância, os cientistas (sociais ou não) não são auto-subversivos porque se apegam demasiadamente às proposições pelas quais se tornaram conhecidos no mundo acadêmico. Ao contrário do exercício da auto-subversão, estes cientistas tentam desesperadamente ratificar (e perpetuar) suas proposições.

A auto-subversão, defende Hirschman, contribui para a auto-renovação e eventualmente pode contribuir até mesmo para uma cultura mais democrática, na qual os indivíduos se dispõem a alterar as suas preferências.

Não sem razão, Hirschman dedica páginas preciosas ao magistral ensaio **Opiniões peremptórias e democracia**, no qual discute os "alicerces na personalidade de uma sociedade democrática", e enfatiza - como fez Adam Przeworski em *Ama a incerteza e serás democrático* ou Norberto Bobbio no seu ensaio sobre a tolerância - *A virtude da transigência*. (E não se pode deixar de remeter o eventual leitor à deliciosa epígrafe de Jane Austen que encabeça este ensaio).

A transigência volta à cena, pelo seu oposto, no segundo ensaio da primeira parte, **A retórica da intransigência - dois anos depois**.

Em *A retórica da intransigência*, publicado no Brasil em 1992 pela Companhia das Letras, o autor enquadra os argumentos conservadores - a retórica reacionária - em três teses principais - a da perversidade, a da futilidade e a da ameaça. Todas acabam por se resumir na defesa da inação. Segundo a tese da perversidade, ou do efeito perverso, qualquer ação proposital para melhorar a ordem social, política ou econômica só faz piorar a situação. Já a tese da futilidade prega que qualquer tentativa de mudar a ordem das coisas é infrutífera. E, finalmente, a da ameaça afirma que os custos de uma mudança são sempre muitos altos na medida em que coloca em perigo uma conquista anterior. Mas, no capítulo 6 desta obra, em um exercício de auto-subversão precoce, Hirschman nos ensina que a intransigência não é exclusividade dos conservadores senão ataca também os progressistas.

No segundo ensaio de *Auto-subversão*, o autor retoma as três teses reacionárias, explica a gênese e acolhida do auto-subversivo capítulo 6 de *A retórica da intransigência* e ainda, didaticamente, aconselha os reformistas, sugerindo um novo estilo e retórica para a elaboração das políticas progressistas. A segunda parte do livro - *Do Indivíduo* - é uma espécie de autobiografia seletiva. Hirschman relata ao leitor, em flashes, sua saída da Alemanha em 1933, sua participação na Guerra Civil Espanhola, em uma unidade do exército francês composta por voluntários italianos e alemães. Apresenta amigos que ficaram na Alemanha e foram reencontrados quando o autor esteve na Universidade de Berlim em 1988.

Finalmente, na terceira e última parte - *Novas incursões* - Hirschman trata de temas mais econômicos: o percurso do Keynesianismo, a economia política do desenvolvimento latino-americano, as eventuais repercussões do fim da Guerra Fria para os países da América Latina (ressalte-se que este ensaio foi escrito antes de 1989) e os aspectos positivos e negativos do mercado.

No ensaio que interessa mais diretamente aos brasileiros, - uma análise comparada da economia política do desenvolvimento latino-americano -, resultado de uma visita feita em 1986 pelo autor ao Brasil, México, Argentina e Chile, Hirschman trata com maior ênfase a "industrialização em marcha forçada" do Brasil, destacando o livro de Antônio Barros de Castro, *A economia brasileira em marcha forçada*. Aborda ainda a reserva de mercado da informática e trata das políticas econômicas heterodoxas adotadas no Brasil e na Argentina - o Plano Cruzado (com detalhes) e o Plano Austral. É verdade que este tempo já passou e o tema perdeu muito da sua vitalidade. Mas a história não envelhece e a análise de Hirschman é enriquecedora.